


A ÁFRICA E SUA HISTÓRIA: ENTRE A ESTEREOTIPAÇÃO E A ESSENCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-145>

Data de submissão: 15/02/2025

Data de publicação: 15/03/2025

Rosenverck Estrela Santos

Doutor em Políticas Públicas/UFMA
Professor da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros/UFMA
E-mail: re.santos@ufma.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4940964956801562>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7112-2705>

Claudimar Alves Durans

Doutoranda em História e Conexões Atlânticas/UFMA
E-mail: Claudimar.durans@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1431790786373742>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0508-4229>

Ebenezer Santos da Silva

Mestranda em Gestão e Ensino da Educação Básica/PPGEEB/UFMA
E-mail: slzpedagogia19@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0927362600662247>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6672-7589>

Airuan Silva de Carvalho

Licenciado em Estudos Africanos e Afro-brasileiros
Mestrando em Ensino de História/PROFHISTÓRIA/UFMA
E-mail: profairuancarvalho@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2796024418949359>

Ana Júlia Sousa Santos

Licenciada em História
E-mail: asousasantos568@gmail.com

Hugo Leonardo Pereira Bezerra

História Licenciatura/Mestrado História/UEMA
E-mail: hugolpbezerra@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5727090889823635>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1769-7233>

Roberto Santos Ramos

Doutor em Filosofia/UERJ
Professor da Licenciatura em Ciências Naturais/UFMA
E-mail: roberto.ramos@ufma.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4124941157086257>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1637-6750>

Silvia Teresa de Jesus Pereira

Licenciada em História/UEMA

Mestranda em gestão de ensino da educação básica/PPGEEB/UFMA

E-mail: dutrasilvia184@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1016303957441246>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5375-5140>

RESUMO

Neste artigo busca-se refletir sobre os caminhos necessários do ensino de história da África na educação básica. Para tanto, por meio de revisão bibliográfica, inicia-se com uma análise sobre a função social da história para os africanos, em contraponto a visão estereotipada e eurocêntrica da filosofia moderna europeia. Busca-se compreender a dominação colonial e imperialista, bem como as teorias raciais que construíram imagens deturpadas sobre a história do continente africano, porém, em contraponto, mostra-se os movimentos de defesa da África como o Pan-africanismo e Negritude que propõem a reconstrução e posituação da imagem da população negra e da história da África. Partindo destes parâmetros, problematiza-se a necessidade de não criar estereótipos ou essencializações sobre a história da África, a partir de um ensino que conceba a totalidade e as contradições da formação social do continente africano.

Palavras-chave: África. Ensino de História. Educação Básica. História.

1 INTRODUÇÃO

A imagem que a população mundial tem sobre o continente africano na atualidade é formada por vários preconceitos. Embora exista um movimento social, teórico e até mesmo midiático que vá de encontro a uma reconstrução dessa imagem, ainda é muito pequeno, tanto em relação ao espaço que ocupa, quanto ao tempo que tem em relação à imagem já consolidada.

O imaginário eurocêntrico sobre o continente africano foi consolidado historicamente em dois momentos que se conectam. O primeiro, foi a colonização da América, onde o principal motor da produção que enriqueceria a Europa foi o trabalho dos escravizados africanos, que chegavam incessantemente pelo tráfico negreiro, tão lucrativo quanto as plantações de cana-de-açúcar. O outro momento, foi o que se seguiu ao fim do período colonial e o advento do imperialismo no continente africano e asiático. O imperialismo europeu ocupou e dividiu a África, transformando quase todo o continente em colônias das principais nações europeias.

Essa imagem eurocêntrica consiste na ideia de que a África e os africanos não têm história, não possuem civilizações, não produzem ciência, são bárbaros e inferiores, por tanto incapazes de gerir suas próprias riquezas, sendo preciso a intervenção europeia, que levariam a moral, a religião e a ciência da civilização ocidental. A partir da “[...] ideologia, paradigma e/ ou discurso do etnocentrismo europeu” (Muryatan, 2008, p.46), o que era uma “[...] dominação política e econômica conjuntural, passa a ser ontológico” (Costa, 2006, p.88). De outro modo, na segunda metade do século XX inicia-se uma renovação crítica na historiografia, e um crescente relativismo europeu diante de seus próprios valores. Como resultado desses fatores surge um maior interesse pela história da África, tanto em solo europeu como no africano. A história da África não se reduzia a escravidão e a colonização, apesar desses dois acontecimentos serem partes fundamentais para compreendermos os problemas africanos hoje. É verdade que a pobreza existe em toda parte do mundo e que o continente africano possui uma grande diversidade econômica, porém não se pode negar a realidade com discursos.

Na educação básica, as discussões que surgiam em relação à história e cultura africana, a partir da Lei nº 10.639/2002, tem contribuído para a desconstrução que se pretende fazer do continente. Estereótipos como a ideia da África ser um grande país pobre e atrasado está sendo desmistificado, demonstrando que se trata de um vasto continente, com uma grande variedade cultural e social riquíssima. Entretanto, existem alguns problemas imagéticos e teóricos que ainda se apresentam dentro desse processo.

O primeiro, seria a própria ideia de africanidade. Ao passo em que se entende o continente africano formado por diferentes nações; de outro lado, afirma-se muito sobre uma personalidade

africana e um sentimento de pertencimento cultural que se remete a ideia de unidade. Isso remete-se diretamente ao segundo problema, que tem relação com o estudo e ensino da África: a sua idealização. A defesa da África, de suas culturas e sociedades se apresenta muitas vezes de forma romântica. Isto é, ao combater o racismo e o colonialismo, principalmente dentro da educação, tende-se a enaltecer a África, os africanos e suas formações sociais e, omitir, ou deixar para último plano, os problemas existentes.

A nível teórico a questão da idealização se eleva e torna-se mais complexa. No principal projeto de reconstrução histórica da África a questão da idealização aparece sem, contudo, perder o caráter científico. Trata-se da coleção História Geral da África, projeto financiado pela UNESCO, que contou na maioria de seus capítulos com a participação de pesquisadores africanos. Muryatan Barbosa (2008) aponta que surge dentro da coleção uma perspectiva africana de pensar a história da África, na qual se evidencia os fatores internos para o desenvolvimento das sociedades do continente. Contudo, quando se trata do tráfico de escravizados e da colonização, percebe-se a escolha dos autores em valorizar os fatores externos.

A questão central que se apresenta é a seguinte: No ensino de história da África, na Educação Básica, como fugir da visão estereotipada, sem cair na armadilha romântica de essencializar o continente africano?

Acreditamos que o embate teórico e político contra o eurocentrismo e o imperialismo, não pode ser dado com base a essencialismos. Mais do que idealizar a história da África, é preciso olhar para o continente como ele é; ou seja, partindo das relações e contradições sociais, políticas, econômicas, culturais, enfim históricas, compreender os processos que a tornaram o que é, nos dias de hoje. É preciso analisar o tráfico de escravizados e o colonialismo/imperialismo, para perceber as relações que se estabeleceram ente a África e a Europa e como isso possibilitou a atual configuração do sistema mundo, assim como enxergar o protagonismo dos sujeitos africanos, a iniciativa tanto nas relações comerciais, no próprio tráfico de escravizados, como na luta anticolonial e nas independências que sucederam o colonialismo/imperialismo.

Partindo do processo colonial que sustentava o processo imperialista, buscamos pensar a construção histórica dessa África, em finais do século XIX e início do século XX, em que a dominação conjuntural passa a ser pensada – pelos europeus – como dominação natural e ontológica, o que serve de base ideológica para a constituição do sistema colonial/imperial africano. Por último discutimos o lugar da África dentro dos contextos da era da guerra total e da guerra fria, em meio as suas lutas de libertação, buscando examinar de forma crítica os Movimentos como o Pan-africanismo, a negritude e os diversos anticolonialismos como vanguarda nas lutas nacionais de libertação e da independência

do continente como um todo, mas também como suportes teóricos e práticos para as lutas das populações negras da diáspora. Diante dessas problematizações, refletiremos sobre as possibilidades do ensino de História da África, na Educação básica, para além dos estereótipos e essencializações.

2 A ÁFRICA TEM HISTÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Muito já foi dito e escrito sobre a África, os africanos e sua relação com o mundo e com a história. O filósofo Hegel, escreveu que na África se encontra o homem em estado bruto, ou seja, num estado de selvageria e barbárie, no qual não se teria uma história propriamente dita. Sendo assim a África não faria parte do mundo histórico, pois não mostra nem movimento e nem desenvolvimento (Foé, 2011; 2013).

De fato, o modelo que se seguiu no surgimento da própria história como ciência no ocidente, não privilegiava as sociedades africanas, ou melhor, dizendo, a África e os africanos não se enquadravam nas concepções e metodologias da história que predominavam – e vale ressaltar predomina até os dias atuais. A “modernidade” europeia enquanto paradigma, afirma ser universal em seu discurso, mais é provinciana na realidade. A história quando surge na Europa enquanto ciência é completamente etnocêntrica. Portanto a história era reduzida a experiência dos povos europeus, quando não, era hierarquizada e transformada num esquema evolutivo, tendo como ápice a Europa.

Porém, como nos mostra Ki-Zerbo (2010, p.835) “É por ter sido faber (artesão), que o homem se tornou sapiens (inteligente).” Ou seja, o ser humano ao passo que transforma a natureza para produzir os meios, para atender suas necessidades e garantir a sua sobrevivência, transforma a si mesmo. Ao passo que atende essas necessidades são produzidas novas necessidades e assim por diante. A roda da história é girada pelos próprios seres humanos. A coletividade, o ser para o outro, a produção de sociedades, tem como primeira função, social e histórica, garantir a própria vida humana. É nesse sentido que se produz as diferenças de uma e outra formação social, no âmbito da produção das relações sociais locais e mesmo essas, com as relações que estabelecem com outras sociedades. Produzem histórias específicas que fazem parte de uma história universal e que cada vez mais irão se conectando no tempo. Mas, essas conexões não anulam as particularidades de uma e outra sociedade, quando muito, acrescem ou absorvem um e outro elemento. Uma das diferenças existentes de um lado e outro do mediterrâneo está justamente, no que implica nas afirmações negativas de uma África sem história por parte da modernidade ocidental: a relação que se tem com o tempo.

Em África, o tempo não é tão linear e separado quanto na concepção europeia. Nas sociedades africanas é bem visível o passado atuando no presente, vejamos:

Ora, em geral o tempo africano tradicional engloba e integra a eternidade em todos os sentidos. As gerações passadas não estão perdidas para o tempo presente. À sua maneira, elas permanecem sempre contemporâneas e tão influentes, se não mais, quanto o eram durante a época em que viviam. Assim sendo, a causalidade atua em todas as direções: o passado sobre o presente e o presente sobre o futuro, não apenas pela interpretação dos fatos e o peso dos acontecimentos passados, mas por uma irrupção direta que pode se exercer em todos os sentidos. (Hama; Ki-Zerbo, 2010, p. 24).

Trata-se de um tempo mítico e ao mesmo tempo social. O passado, por meio dos antepassados ajudam a organizar o presente e projetar o futuro. O tempo não é dividido, não é linear. O tempo não é do indivíduo, seu ritmo reside na coletividade, na extensão social até os antepassados. Ocorre que a humanidade é diversa em várias dimensões, inclusive como concebe o tempo e desenvolvem suas sociedades na temporalidade. Já a historiografia hegemônica, ou seja, a concepção eurocêntrica da história funciona como o *“leito de Procusto”*, se vai para além das suas próprias medidas amputa-se o que não lhe cabe, se não corresponde a sua realidade, não a compreende, por tanto enxerga como a falta de algo. O que nos leva novamente a pensar a relação entre escrita e história.

A oralidade demonstrou-se um método tão poderoso quanto a escrita, para o estudo da história do continente africano. A partir do registro oral chegaram ao nosso conhecimento o surgimento, as linhagens, os personagens de estados africanos como os de Songhai e do Mali, que viriam a ser confirmadas nos cruzamentos com outras fontes – endógenas e exógenas – como a escrita e a arqueologia. Portanto, concordamos com a afirmação de Amadou Hampâté Bâ (2010, p.169):

A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial.

O que nos interessa aqui, não é contar uma história da África, nem somente afirmar que o continente africano tem uma história. O nosso trabalho aqui é limpar o terreno para que se possa construir a casa. Mais do que ter história, os africanos são seres históricos e apreendem, registram e se debruçam sobre essa história. Como afirmam Boubou Hama e J. Ki Zerbo (2010, p.23):

O homem é um animal histórico. O homem africano não escapa a esta definição. Como em toda parte, ele faz sua história e tem uma concepção dessa história. [...] Essa história engendrada na prática foi, enquanto projeto humano, concebida a priori. Ela é também refletida e interiorizada a posteriori pelos indivíduos e pelas coletividades. Torna-se, portanto, um padrão de pensamento e de vida: um “modelo”.

Entretanto, a história da África foi negada em todas as suas dimensões, e isto tem a ver com os processos históricos vinculados à escravidão, ao imperialismo e as teorias raciais, roendo o continente africano e trazendo consequências drásticas para a nossa compreensão, especialmente na Educação básica.

3 TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS, IMPERIALISMO E TEORIAS RACIAIS: A ROEDURA DO CONTINENTE E DA HISTÓRIA DA ÁFRICA

Embora cada sociedade tenha os seus movimentos internos que definem os traços de suas estruturas junto às relações do exterior, as sociedades da América, Europa e África, também, tem as suas linhas desenhadas pela escravidão. A escravidão é até os dias atuais uma instituição perene, ou seja, existiu nas diferentes épocas históricas e existe até hoje, com diferentes formas e significados. A antiguidade, duração, transmissibilidade nos mostra o contrário do que diz o senso comum, especialmente na Educação básica, quando a imagem que se tem comumente do escravizado, está relacionado à população negra, como se ela tivesse sido o único povo a passar pelo trauma da escravidão. Percebemos também que onde quer que tenha existido a escravidão, ela passava por um sistema de regulação, portanto, o proprietário não detinha, em teoria, um poder absoluto sobre os seus escravos.

Lovejoy (2002, p.29-30) nos dá uma definição sobre este fenômeno:

A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a ideia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que a sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor; que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de escravo era herdada a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação.

A partir do final do século XV, houve uma transformação que impactou a vida e a produção no continente africano. Segundo Lovejoy (2002, p.40) “[...] a transformação da escravidão de característica marginal da sociedade para uma instituição fundamental produtiva resultou na consolidação de um modo de produção baseado na escravidão”. Esse modo de produção tornou-se o fator fundamental para a produção na América e no Caribe e para o acúmulo de riqueza dos países europeus.

Com a importância da produção nas colônias cresce também a importância e a necessidade de intensificar o tráfico de escravizados, o que gera um aumento da procura pelos europeus e da demanda pelos africanos. O comércio transatlântico transformou as formas locais de escravidão na África. Sobre a evolução da escravidão na África, podemos observar que:

O crescimento e a expansão do tráfico europeu de escravo através do oceano atlântico tiveram um impacto decisivo na evolução da escravidão da África, principalmente naquelas áreas da costa da Guiné onde a influência islâmica tinha sido fraca ou inexistente. Embora a demanda de escravos nas regiões não africanas do mundo islâmico tenha tido uma influência gradual mais sólida na difusão das ideias e práticas islâmicas na África, o impacto do mercado europeu para escravos foi mais intenso em um período mais curto, do que derivam consequências distintas. As exportações de escravos cresceram gradualmente durante os primeiros 150 anos do comércio atlântico chegando a 409.000 escravos de 1.450 a 1.600. Posteriormente o comércio aumentou numa escala que sobrepujou todas as exportações anteriores da África. O volume total para o comércio atlântico atingiu 11.313.000 escravos, o número derivado em grande parte da base de dados W.E.B. Du Bois de viagens de navios negreiros, a qual suplanta o senso pioneiro de Philip D. Curtin (Lovejoy, 2002, p.51).

Portanto, para atender a procura por mais cativos, começou a se produzir escravizados. Isso transformou não somente a escravidão no continente, mas também os conflitos internos. O comércio transatlântico tornou-se para os europeus um negócio altamente lucrativo, onde se referiam aos escravizados com peça, tratados literalmente como mercadorias e como riquezas. O saldo da África foi ter ficado em débito. A instituição escravidão saiu fortalecida, a fragmentação política e a dependência econômica da escravidão tornaram-se um problema. A marca deixada nesse período perdurou posteriormente como nos mostra Hebert S. Klein (2002, p.128):

Uma marca duradora que ficou em África do comércio de escravos foi o crescimento do mercado interno de escravos. Embora a escravatura no continente africano tenha antecedido e acompanhado o comércio atlântico de escravos, iria tornar-se ainda mais importante uma vez terminada a venda de escravos para o ocidente. Estima-se que, no apogeu do comércio de escravos, houvessem em África tanto escravos em trabalho doméstico como na América – provavelmente na ordem dos 3 a 5 milhões. Com o declínio das transações internacionais de escravos, declinaram também os preços dos escravos e aumentou a escravatura dentro do continente africano, a ponto de, em 1.850, haver mais escravos em África do que na América – atingindo provavelmente um número próximo dos 10 milhões. Os escravos eram então usados em África na produção de novos bens de exportação, como óleo de palma e a borracha, para os mercados internacionais. Passaram também a ser um componente fundamental da produção agrícola local e um elemento importante na rede de transporte, como carregadores a pé ou em canoa. Embora os plantadores e produtores livres continuassem a ser peças fundamentais nos mercados locais e de exportação, a escravatura passou a desempenhar um papel muito mais importante na economia africana, o que aconteceu até mesmo ao fim do século XIX. Por conseguinte, o fim do comércio americano de escravos não ditou o fim da escravatura em África.

No final do século XVIII e início do XIX, sob o manto de um discurso humanitário, a Europa passou a dizer que deveria adentrar a África para pôr fim a escravidão, mas seu interesse econômico nas riquezas que não pudera conseguir em outro momento, era o que realmente pretendiam. Buscando matérias primas e mercado consumidor para o capitalismo, as potências europeias se voltaram para o empreendimento colonial em África. Foi um dos momentos mais abruptos da história mundial, onde se transformou em poucos anos a configuração de todo um continente.

De 1880 a 1914 as potências europeias dividiram praticamente todo o continente africano entre elas. Se até meados do século XIX os europeus mal conheciam o interior do continente africano,

ficando somente nas regiões litorâneas, no início do século XX já tinha submetido todo poder local preexistente dentro das suas estruturas coloniais, “[...] nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais” (Boahen, 2010, p.3). Em pouco mais de vinte anos, os países europeus que acumularam suas riquezas com a escravidão, invadiram e partilharam o continente africano sobre o pretexto de acabar com a escravidão. Este episódio, marcou e marca profundamente a vida do continente africano e a imagem que se tem desse território nos dias de hoje, e que foi muito reproduzido nas escolas.

Por meio da economia, da cultura e da ciência, os europeus buscaram legitimar a dominação dos “incivilizados” e “selvagens” da África e da Ásia. Mas do que ser possível, a colonização passava a ser necessária a Europa. Por via da cultura hierarquizavam e comparavam a dos africanos e asiáticos as dos europeus, estando os últimos sempre em um estágio cultural civilizatório mais avançado, com uma cultura mais complexa e mais desenvolvida, uma alta cultura, e os primeiros passando por etapas iniciais de desenvolvimento, sendo essas relações mais primitivas, mais simples, possuindo uma cultura “tribal”.

O século XIX foi uma era de grandes novidades, temos a invenção da locomotiva a vapor, do motor elétrico, da máquina de escrever, lâmpada incandescente, geladeira, automóvel, metralhadora etc. Hobsbawm (1977, p.257), diz: “[...] a sociedade burguesa de nosso período estava confiante e orgulhosa de seus sucessos. Em nenhum outro campo da vida humana isso era mais evidente que no avanço do conhecimento, da ‘ciência.’” As questões antes discutidas e explicadas pela religião e a filosofia, agora seriam explicadas, não somente, mas principalmente pela ciência. A importância que a ciência tomou no século XIX possibilitou que a raça fosse discutida no âmbito científico, o que contribuiu para o próprio estabelecimento do conceito “raça” e do racismo, que legitimou políticas de segregação, genocídio e de dominação tal como o colonialismo/imperialismo na África. É neste século que a diferença se torna natural e imbuída de atributos morais como nos mostra Schwarcz (1993, p.85):

A partir desse balanço nota-se que a percepção da ‘diferença’ é antiga, mas a sua ‘naturalização’ é recente. Ou seja, é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das ‘diferenças’ transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. ‘Naturalizar as diferenças’ significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localizá-la na moradia segura da ciência determinista do século XIX, pouco espaço sobrava para o arbítrio do indivíduo. Da biologia surgiam os grandes modelos e a partir das leis da natureza é que se classificavam as diversidades.

Munidos de tudo que a revolução industrial proporcionou ao continente europeu, tanto materialmente quanto ideologicamente, as nações europeias voltaram-se para o continente africano.

“Sob o argumento de que era preciso ‘salvar as almas dos selvagens’ e ‘pôr termo’ ao massacre de negros’, escondia-se a ideia da conquista da África pela Europa” (Hernandez, 2008, p. 53). O imaginário sobre a África era alimentado pelas feiras científicas na Europa que remontavam de forma distorcida, vilas inteiras; assim como também esse imaginário era formado por relatos da existência de monstros, como homens leopardos, pigmeus, gigantes etc. O que atribuía aos exploradores à imagem de grandes “aventureiros” e “descobridores”, imagem essa que sobrevive até os dias atuais. Porém, a verdade é que, “o que deu impulso decisivo à exploração do continente africano foi a procura de grandes eixos de acesso ao interior, da maior importância para os interesses comerciais, sobretudo dos ingleses e franceses” (Hernandez, 2008, p. 55).

Porém, todo esse cenário social de desenvolvimento econômico e científico e a entrada no interior do continente africano, somando-se ao domínio de regiões importantes no oriente médio e na Ásia, não construía dentro do continente europeu um sentimento de fraternidade entre os povos europeus. O sistema capitalista nascido da acumulação de riquezas no período colonial entrava em uma nova fase, que também iria se desenvolver por via colonialista: o imperialismo. O imperialismo apresenta uma tendência à dominação econômica, mas também cria necessidade de expansão territorial, existe uma “[...] conexão intrínseca entre o expansionismo e a conquista do mundo não-ocidental, reconhecendo a dimensão econômica desse processo” (Hernandez, 2008, p. 76 e 77).

Por isso, para manter essa expansão, as nações imperialistas para além de dominarem territorialmente outras regiões expandem também a sua cultura, seu modo de pensar, tentando suprimir a cultura e o modo de vida dos povos dominados. A verdade é que o imperialismo sobre a África não dispensava a violência e se utilizaram dela e do assassinio como forma de coerção e de controle. Todo esse processo ideológico e físico significou um enfraquecimento das formações sociais africanas, atingindo fortemente o seu poder de reação nas primeiras décadas que se encaminharam após a consolidação do colonialismo. Essa realidade iria mudar completamente no decorrer do século XX.

4 PAN-AFRICANISMO, NEGRITUDE E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IMAGEM: À GUIA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XX os movimentos da negritude e do pan-africanismo foram escolas importantes para lideranças africanas que se tornariam referências na luta por independência no continente. Entretanto, a história de ambos os movimentos não se fecha nas fronteiras dos mares que envolvem a África, pelo contrário, essas águas que serviram outrora de caminho para o tráfico forçado de africanos para outros continentes, também foram as trilhas para que alguns filhos da diáspora pudessem retornar e, nesse movimento de corpos, circularam também ideias, iniciativas e ações.

Antes mesmo da segunda guerra mundial, no chamado entre guerras, o número de estudantes negros do Caribe e da África na Europa tinha crescido. Esses estudantes que, em sua maioria vinham de uma pequena-burguesia negra construída artificialmente, fazendo parte do grupo de “assimilados”, descobriram longe de suas terras de origem que não eram parte da nação que acreditavam pertencer. Toda a retórica colonial sobre a civilização utilizada para dominação, começava a cair por terra diante da experiência que eles viviam na Europa. Em reação ao racismo que sofriam, os estudantes começaram a se associar e denunciar a opressão racista nas metrópoles. É dessa forma que surgirá a partir da década de 30 e se desenvolverá na segunda metade do século XX o movimento da negritude.

A negritude, enquanto termo é polissêmico, ou seja, não existe uma definição fechada e única sobre tal conceito, assim também se dará enquanto movimento. O movimento da negritude surge enquanto movimento literário, tendo como base a reconstrução de uma identidade negra com vias a combater o racismo, sobretudo o epistêmico, entretanto não existe um programa no dado movimento, em verdade nem se pretendia ter. Embora suas principais figuras tivessem envolvimento com partidos políticos e outras organizações anticoloniais na Europa, América e África, a Negritude não se pretendia ser uma organização política – no sentido mais ortodoxo do termo –, mas sim um movimento intelectual de cunho principalmente literário e filosófico, que estaria a serviço da luta antirracista e anticolonial. Segundo Devés-valdés (2008, p.104):

No período pós-Segunda Guerra Mundial, o Congresso Pan-Africano e a articulação de pessoas como Du Bois, Padmore, James, K. Nkrumah, N. Azikiwe, J. Kenyatta expressam uma intensificação da produção e de figuras como não havia existido e não voltou a existir no meio africano e mundial. Não há outra rede na qual pessoas tão influentes para seus países e com uma produção tão importante tenham se articulado como intelectuais e como políticos.

Na luta anticolonial para além da conquista da independência política, surge também a necessidade de independência cultural da qual a negritude e o Pan-Africanismo fazem parte, mas tais movimentos também são motrizes de um debate anticolonial que não se encerra nos dois. De fato, não se pode compreender a história contemporânea da África sem a Negritude e o Pan-Africanismo, mais tampouco se entende toda a história só com eles. Em meio ao racismo e o colonialismo, a luta antirracista e anticolonial, diversos personagens importantes, influenciados e em debate com o Pan-Africanismo e a Negritude, buscam formas de enfrentamento para superar a colonização e o racismo, enriquecendo o debate anticolonial.

As produções teóricas desenvolvidas pelos pan-africanistas e todos os intelectuais e líderes negros e africanos críticos da colonização, não eram meras elucubrações retóricas. O extenso debate travado em todo o século XX tinha por objetivo o fim do colonialismo na África e de combate ao racismo no resto do mundo. Entretanto, não se produziu um consenso de como cumprir tal tarefa,

configurando nesse sentido, um verdadeiro debate anticolonial. O tema da cultura e civilização negra foi imensamente debatido no século XX. Não fazia sentido pensar a cultura ou a civilização negra sem relacioná-la com intervenção Para Cesaire (2011, p. 254):

[...] pode falar-se de uma grande família de culturas africanas que merece a designação de civilização negro-africana e que cobre as diferentes culturas próprias a cada um dos países da África. E sabe-se que as transformações históricas fizeram com que o campo dessa civilização, a área dessa civilização, exceda em muito a África; e é nesse sentido que se pode dizer que há no Brasil ou nas Antilhas, tal como no Haiti e nas Antilhas Francesas ou mesmo nos Estados Unidos, se não focos, pelo menos franjas, dessa civilização negro-americana.

Portanto ele entende que existem culturas africanas que se relacionaram e construíram uma civilização negro-africana, e que essa no processo histórico rompeu as barreiras dos mares e chegou no continente americano, construindo, se não uma civilização, ao menos uma cultura negro-americana no novo mundo. O axioma moderno da razão encontra sua negação no campo social, pois o negro é excluído da humanidade. Os problemas, as características internas do negro, o chamado complexo negro não é um problema subjetivo, interno, vem de fora, são produzidas socialmente. Como demonstra Fanon (2008, p. 95):

Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica.

Para Fanon, é preciso ultrapassar a desalienação psicológica e epistemológica, é necessário que novos homens e mulheres nasçam das cinzas das ruínas do colonialismo. É preciso que os negros se libertem de seu próprio corpo, não mais mistificados, não mais mistificadores. Mas para isso, é preciso que se destrua a realidade que dá as condições dessa alienação. O nascimento do homem novo, o qual tanto fala Fanon, se faz a partir da descolonização, ou seja, da desalienação econômica e social pelas próprias mãos dos dominados economicamente e oprimido socialmente. Ele defende uma verdadeira revolução em toda a África com único caminho para uma descolonização real. Essa revolução, deve dispensar a Europa, não deve ser nutrida de revanchismo. Não precisa temê-la, não precisa invejá-la. Não pode a ter como imagem. Por isso, o anticolonialismo de Fanon evoca os colonizados a recomeçar a história, a tornassem história em atos, revolucionar a si e as coisas e, criar algo que jamais existiu.

Se queremos corresponder à expectativa de nossos povos, temos de procurar noutra parte, não na Europa.

Mais ainda, se queremos corresponder a expectativa dos europeus, não devemos devolve-lhes uma imagem, mesmo ideal, de sua sociedade e de seu pensamento, pelos quais eles experimentam de vez em quando uma imensa náusea.

Pela Europa, por nós mesmos e pela humanidade, camaradas, temos de mudar de procedimento, desenvolver um pensamento novo, tentar colocar de pé um homem novo (Fanon, 1968, p.275).

No século XXI a África surge como um continente que tenta se reinventar. O passado dos grandes reinos e impérios, do tráfico de escravizados e do colonialismo, se fundem com sua história recente e tornam mais complexa e dinâmica a tarefa de todos que se debruçam sobre o continente e tentam compreender sua história e sua realidade, assim como o devir dos próprios africanos de transformar a realidade do continente. Ao sair da superfície da história da África, uma questão emerge: qual caminho seguir para compreensão histórica do continente, a partir do ensino da História da África na Educação básica?

A história pertence a humanidade que a fez no passado e ainda a constrói no presente, bem como a própria humanidade é forjada por essa história. As diversas abordagens que se levantam sobre a história da África hoje, não podem negá-la como totalidade, para tanto é preciso ter em mente a possibilidade de criticar os conceitos e ideias cristalizadas sobre a África. Os estereótipos negativos sobre o continente africano estão caindo por terra no presente. A África selvagem, irracional, os africanos inferiores e animalizados não cabem mais no ensino de história da África. Toda e qualquer tentativa de querer demonstrar uma suposta inferioridade dos africanos, ou querer legitimar uma política de dominação são descaradamente anticientíficas e racistas. Bem como a imagem de uma África da guerra, do conflito, da violência tribal, ou da fome, é desmascarada pela potência do continente em produzir riquezas. Portanto essa imagem maniqueísta não pode ter espaço na Educação básica, pois a violência e a fome no continente só podem ser compreendidos a partir de uma história global e não como uma marca ontológica.

Entretanto em contraposição ao racismo, ao imperialismo e ao eurocentrismo, surgiram abordagens que, buscando combater os estereótipos, romantizam a África e os africanos e isso tem essencializado a história da África na educação. Pensamos que isso é igualmente danoso para o ensino de história da África. Primeiro, discordamos em fazer tábua rasa da história africana e ver a escravidão e qualquer desigualdade social nos Estados da África só quando os europeus chegaram. De fato, a escravidão era diferente e sofre transformação a partir das relações comerciais estabelecidas com os europeus, mas ela era escravidão e era baseada na opressão e exploração de um pelo outro. Negar as desigualdades internas na África, antes e no decorrer das relações com a Europa é colocar sinal de igual entre o oprimido e o opressor, entre o explorador e o explorado. Segundo, acreditamos que no processo de reconstrução da história da África e da personalidade negro-africana, acaba-se por

enclausurar espacialmente e culturalmente o continente e a pessoa negra. O discurso negativo produzido pela filosofia moderna de um continente isolado e uma personalidade substancializada relacionada ao meio, ganha força por um discurso positivo que busca destacar as sociedades africanas como puras e as culturas africanas como essência e até mesmo intrínsecas a população negra.

Acreditamos, como vimos no decorrer deste artigo, que a história da África é parte da história da humanidade, assim como a história mundial é parte da história dos africanos e do ser-humano onde quer que esteja. Pensamos que o caminho para compreender a história do continente africano na Educação básica, não pode fugir da sua realidade e dos problemas que surgem ao confrontá-la. As riquezas de sua cultura não podem submergir as contradições que surgem, assim como essas contradições não são toda a história da África. Bem como também o continente africano não pode ser pensado de forma isolada, existe uma conexão que incide inclusive na história da Europa, da Ásia e da América, que também aparecem muitas vezes de forma caricaturadas e idealizadas. Queremos que se abram os caminhos e que deles surja a totalidade da história para a compreensão do continente africano.

REFERÊNCIAS

- BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. História geral da África I: metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.
- BARBOSA, Muryatan. Eurocentrismo, história e história da África. Revista Sankofa. n. 1. 2008.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu. História geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- CÉSAIRE, Aimé. Cultura e colonização. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. Malhas que os impérios tecem – textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2011.
- COSTA, Sérgio. Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte, UFMG, 2006.
- DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. O pensamento sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (um esquema). Rio de Janeiro: CLACSO-EDUCAM, 2008.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOÉ, Nkolo. A Questão Negra No Mundo Moderno. Sankofa, v. 4, n. 8, p. 60-82, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88812>. Acesso em: 21 out. 2020.
- FOÉ, Nkolo. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa. Educar em Revista, [S.l.], v. 29, n. 47, p. p. 175-228, mar. 2013. ISSN 1984-0411. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/31332>. Acesso em: 21 out. 2020.
- HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO, Joseph. História geral da África I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.
- HERNANDEZ, Leila Leite. A África em sala de aula: visita a história contemporânea. São Paulo: Selo negro edições, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. J. A Era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KI-ZERBO, Joseph. Da natureza bruta a humanidade liberada. In: KI-ZERBO, Joseph. História geral da África I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.
- KLEIN, Herbert S. O comércio atlântico de escravo: quatro séculos de comércio escravagista. Lisboa: Replicação, ed. 1, 2002.
- LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 -1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.